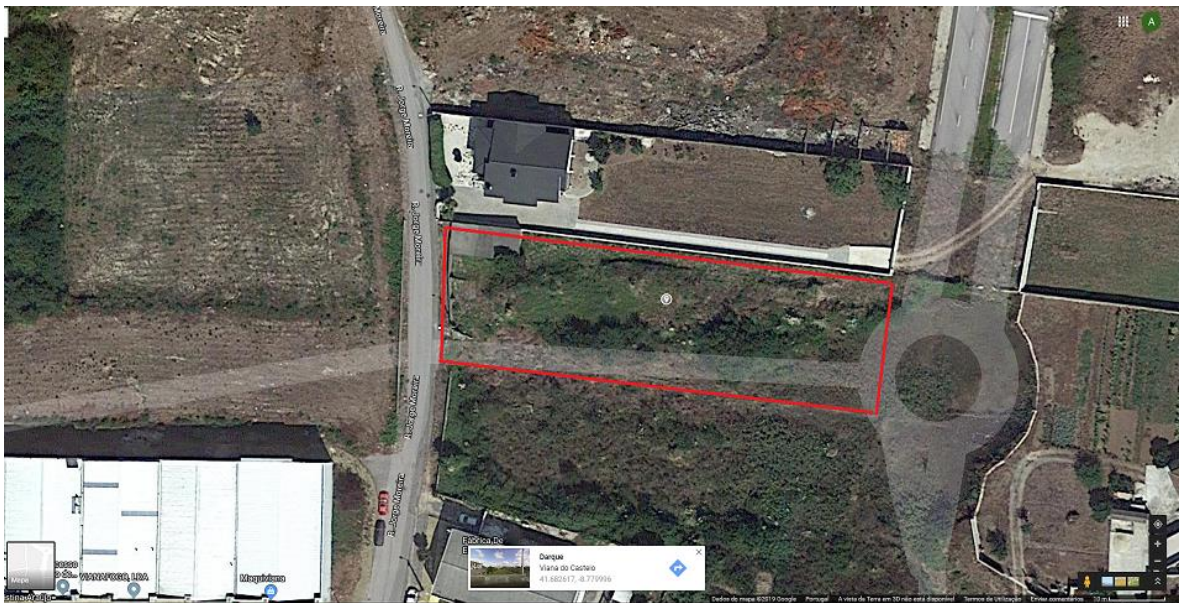
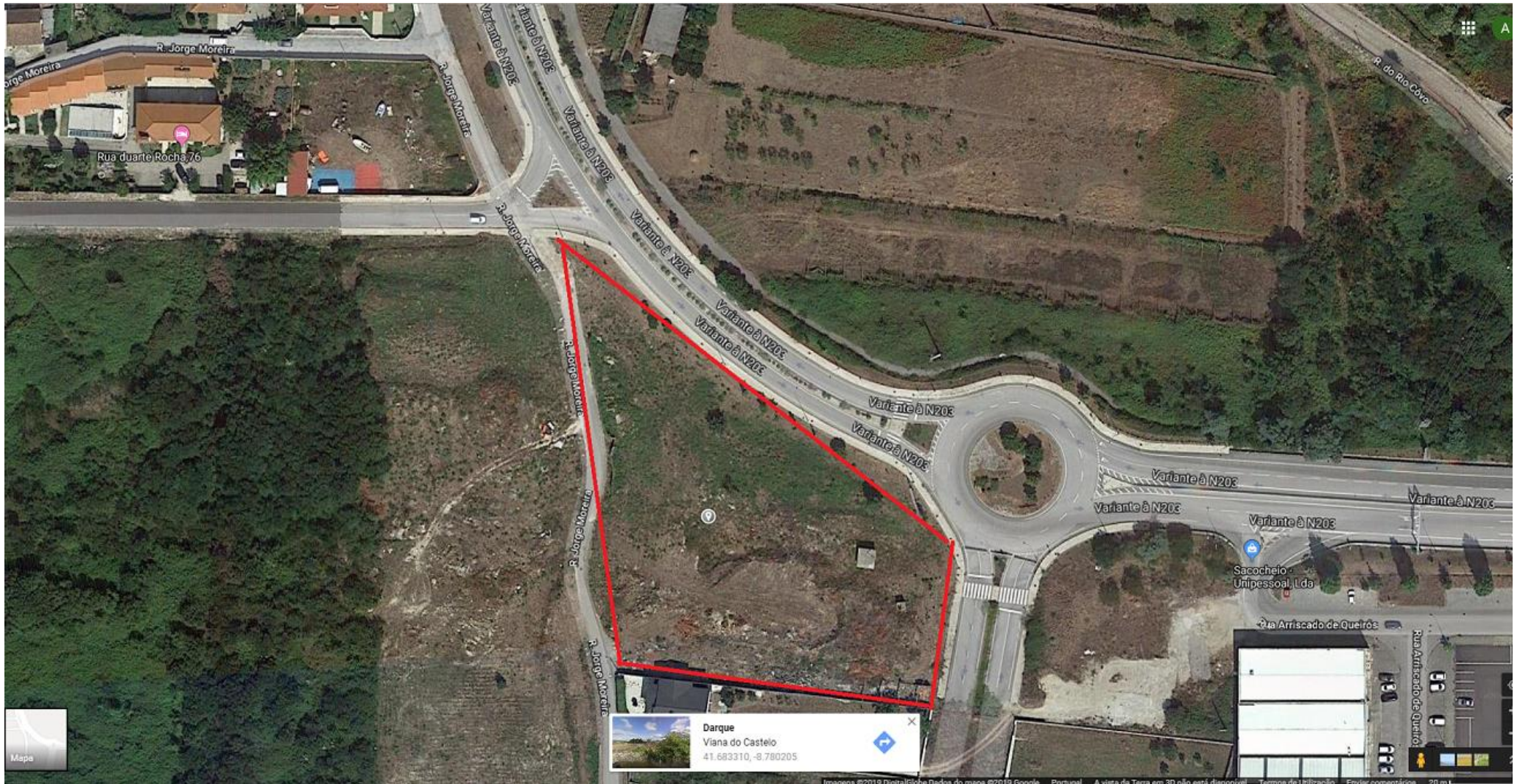


AC. EM CÂMARA

(10) ATRIBUIÇÃO DO BENEFÍCIO DE ISENÇÃO DE IMT- 3DLB SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, SA, ART.º 23.º-A DO CÓDIGO FISCAL DO INVESTIMENTO:- Pelo Vereador Luís Nobre foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:- **“PROPOSTA – ATRIBUIÇÃO DO BENEFÍCIO DE ISENÇÃO DE IMT (IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSAÇÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS) – 3DLB SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, SA, ART.º 23.º-A DO CÓDIGO FISCAL DO INVESTIMENTO** - O grupo IDIS SGPS, constituído pelas empresas *Leopoldo Bakery Ingredients, Ld.ª, Fincook Ingredients, Ld.ª e Irca Ibérica, SA*, pertença dos mesmos acionistas da 3DLB Sociedade Imobiliária, S.A., com o número fiscal 509637892 e sede na Zona Industrial 2ª Fase, Lotes 13 e 14, da freguesia de S. Romão de Neiva, pretende adquirir dois terrenos localizados na freguesia de Darque: um com a área de 7.342 m², inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 43 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Viana do Castelo sob o n.º 2358 e outro com a área de 1.153,60 m², inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 1022 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Viana do Castelo sob o n.º 2658. Os dois terrenos, destinados a implementação de uma unidade hoteleira, têm a área total de 8.495,60 m². O investimento na aquisição dos referidos terrenos será de 702.000,00€. Atualmente o Grupo emprega 190 trabalhadores, prevendo, com este novo investimento, que rondará os 2.000.000,00 €, a criação de mais 15 postos de trabalho. Pelo descrito superiormente, a empresa requereu, nos termos do Código Fiscal do Investimento, anexo ao Decreto-lei n.º 162/2014 de 31 de outubro, e nos artigos 15.º e 16.º da Lei 73/2013, como medida de apoio ao investimento, a isenção total do pagamento de IMT devido pela transmissão do direito de propriedade do referido edifício. A transmissão do direito de propriedade está sujeita ao pagamento de IMT, o qual, no caso em apreço, corresponderá o valor estimado de **45.630,00 €**. Face à relevância do investimento e à criação de postos de trabalho, venho propor, nos termos e ao abrigo do disposto no art.º 23.º-A do Código Fiscal do Investimento, anexo ao Decreto-lei nº 162/2014 de 31 de outubro, que se solicite à Assembleia Municipal a aprovação da concessão do benefício fiscal de isenção total de IMT devido pela presente transação.





(a) Luís Nobre.”. A Câmara Municipal deliberou aprovar a transcrita proposta e em cumprimento do disposto na alínea i) do número 1 do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, solicitar à Assembleia Municipal autorização para a concessão do benefício fiscal de isenção total de IMT devido pela presente transação. Esta deliberação foi tomada por maioria com os votos favoráveis do Vice-Presidente da Câmara e dos Vereadores Maria José Guerreiro, Luís Nobre, Ricardo Carvalhido, Hermenegildo Costa, Paula Veiga e a abstenção da Vereadora Cláudia Marinho que declarou abster-se por não lhe ter sido fornecida uma planta com a localização do prédio e por aguardar ainda a prestação de uma informação sobre o resultado dos benefícios fiscais atribuídos até agora.

14 de Março de 2019